



X Congresso Português de Sociologia
Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Secção Temática de Classes, Desigualdades e Políticas Públicas

Desigualdades e desenvolvimento na sociedade portuguesa: um olhar sociológico à escala nacional e regional

Diogo, Fernando; CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc); fernando.ja.diogo@uac.pt
Mauritti, Rosário; ISCTE-IUL; CIES-IUL; rosario.mauritti@iscte-iul.pt
Alves, João Emílio; IPPortalegre; CIES-IUL; VALORIZA; j.alves@ipportalegre.pt
Nunes, Nuno; ISCTE-IUL, CIES-IUL; nuno.nunes@iscte-iul.pt

Resumo / Resumen / Abstract / Résumé

Este artigo pretende ser um contributo para a compreensão das desigualdades sociais complementada e confrontada com a ideia de desenvolvimento, tendo em atenção a heterogeneidade territorial do país. Como é que as desigualdades sociais têm evoluído em Portugal e, mais do que isso, como é que as desigualdades e a sua evolução podem ser lidas no confronto com o conceito de desenvolvimento? Em complemento, pretende-se saber como é que essa evolução temporal está associada à heterogeneidade do território, sua manutenção, mitigação e acentuação. Apresenta-se um retrato da situação mobilizando os dados estatísticos mais recentes sobre as NUTS II. Começa-se por problematizar brevemente a heterogeneidade territorial a partir da bibliografia existente para, de seguida, se abordar o conceito de desenvolvimento na sua ligação com as desigualdades sociais. A segunda parte da comunicação assenta na justificação dos indicadores selecionados e na apresentação dos resultados obtidos.

Abstract

This paper aims to contribute to the understanding of social inequalities complemented and confronted with the idea of development, considering the country's territorial heterogeneity. How social inequalities have evolved in Portugal and, more than that, how inequalities and their evolution can be confronted with the concept of development? In addition, we intend to know how the temporal evolution of social inequalities is associated to the heterogeneity of the territory, its maintenance, mitigation and accentuation. This paper presents a portrait of the situation by mobilizing the most recent statistical data on NUTS II. We begin by briefly problematizing territorial heterogeneity based on the existing bibliography and to approach the concept of development in its connection with social inequalities. The second part of the communication is based on the justification of the selected indicators and on the presentation of the results obtained.

Palavras-chave / Palabras clave / Keywords / Mots-clés:

Desigualdades Sociais; Território; Desenvolvimento

Social Inequalities; Territory; Development

XAPS75768

Introdução

A heterogeneidade territorial de Portugal tem sido apontada na sociologia como uma característica estruturante da sociedade portuguesa (Almeida *et al.*, 1992; Santos, 1993; Barreto, 1996; Viegas e Costa, 1998; Reis, 2007; Carmo, 2014).

Esta heterogeneidade não deixa de se reconfigurar à luz da mudança social provocada pelas dinâmicas da sociedade portuguesa, requerendo a atualização permanente da investigação. Acresce que estamos perante uma questão complexa, podendo ser abordada das mais diversas formas, algo que exige um volume apreciável de pesquisas para a sua compreensão.

Por sua vez, a literatura sociológica (e outra) tem mostrado que as desigualdades sociais são muito relevantes no contexto português, quer se analise o problema a partir de uma perspetiva mais associada às desigualdades de distribuição de rendimento (Albuquerque *et al.*; 2002; Carmo, 2010; Rodrigues, 2007; Rodrigues *et al.*, 2016) quer com maior enfoque nas classes sociais (Costa, 1999; Almeida, 2013; Carmo, 2013; Mauritti e Nunes, 2013; Nunes, 2013; Costa *et al.*, 2015; Martins *et al.*, 2016; Mauritti *et al.*, 2016; Estanque, 2017; Lopes *et al.*, 2017; Costa e Mauritti, 2018).

Esta comunicação pretende ser um contributo para a compreensão das desigualdades sociais, tendo em atenção a heterogeneidade territorial do país e complementada e confrontada com a ideia de desenvolvimento.

Sendo este um problema complexo e ambicioso envolve um projeto de investigação vasto onde se coloca uma questão central: como é que as desigualdades sociais têm evoluído em Portugal tendo em conta os distintos contextos territoriais?

A leitura dos indicadores selecionados à luz do conceito de desenvolvimento permitirá dar uma maior amplitude conceptual aos resultados. Com efeito, a introdução da ideia de desenvolvimento permite situar os indicadores usados e a sua evolução em relação a referenciais (qualitativos ou quantificados) e, dessa forma, potenciar a utilidade social e política dos resultados produzidos. Será possível, pois, utilizar este projeto, os seus resultados e os seus textos, como um instrumento de planeamento, reflexão e avaliação de políticas públicas territorializadas, tendo em vista a mitigação dos problemas de desenvolvimento e o seu desbloqueio. A questão está estritamente ligada ao processo de avaliação dos impactos das políticas públicas.

Em concreto, esta comunicação é um primeiro resultado desse projeto e pretende apresentar um retrato diacrónico da situação mobilizando dados estatísticos sobre as

NUTS II, referentes a um conjunto limitado, mas judiciosamente escolhido, de indicadores.

Começa-se por situar brevemente as principais características da heterogeneidade territorial a partir da bibliografia existente para, de seguida, se problematizar os conceitos de desigualdades sociais e de desenvolvimento na sua ligação com as questões territoriais. A segunda parte da comunicação assenta na fundamentação dos indicadores selecionados e, sobretudo, nos resultados estatísticos. Termina-se com as conclusões possíveis num primeiro texto de um projeto.

1. Território, desenvolvimento e desigualdades sociais

Sobre o território

O conceito de território tem tido no âmbito das ciências sociais em geral e da sociologia em particular um amplo investimento teórico-conceitual e analítico-empírico. Com efeito, são vários os prismas analíticos inerentes às abordagens dirigidas ao território, sendo as mais comuns as que remetem para o tema das reconfigurações dos territórios do ponto de vista social, económico, ambiental, cultural, político e, mais recentemente, no plano da inovação. Juntam-se a estas perspetivas, as abordagens centradas nos usos do espaço, nas questões dos recursos e dos respetivos mecanismos de controlo e repartição; e as análises enquadradas na perspetiva do ordenamento, das políticas urbanas, rurais e do planeamento.

A estas perspetivas é possível ainda adicionar outros ângulos de análise dirigidos a problemáticas relacionadas com os eixos de transformação do território, no âmbito da qual se inserem as discussões em torno da (in)adequação da dicotomia rural/urbano e a operacionalidade dos conceitos de “urbanização” e “ruralidade”; os estudos dirigidos à temática das estruturas sociais e espaciais, das práticas sociais e modalidades de apropriação, das representações do espaço; a análise das identidades locais e dos espaços cosmopolitas, integrando os estudos dirigidos às novas ruralidades e às denominadas etnopaisagens. Acresce a esta lista as análises que enfatizam a perspetiva histórica associada à mudança socio-espacial e económica dos territórios, aspeto que remete frequentemente para as questões relacionadas com os fenómenos de mobilidade social e geográfica, das migrações, da etnicidade, da cultura e estilos de vida e, das práticas de cidadania, incluindo, também, as recentes perspetivas decorrentes das

análises centradas na questão da animação territorial, do *marketing* territorial e da inovação territorial (Henriques, 1990; Ferrão, 2016).

Em síntese, dada a profusão de vertentes analíticas que podem ser convocadas para o estudo do território, é expectável que só uma perspetiva interdisciplinar, acompanhada de uma visão multidimensional, poderá permitir obter um quadro suficientemente esclarecedor das componentes estruturantes de dinâmicas socio-espaciais e respetivos constrangimentos potencialidades.

Independentemente do eixo analítico que se privilegie, constitui um dado comumente aceite no âmbito das ciências sociais, e em particular da sociologia, que nas últimas décadas têm sido várias as transformações que têm vindo a reconfigurar os territórios, quer de matriz urbana, quer rural, numa sociedade portuguesa em processo de modernização. Entre essas transformações, apenas podemos elencar algumas que, pela sua extensão e intensidade, têm contribuído para aspetos decisivos daquela reconfiguração, de que são exemplos, especificamente para o caso do mundo rural, o declínio da atividade agrícola, o despovoamento e o envelhecimento num processo concomitante com o intenso agravamento de desigualdades sociais, que incidem igualmente sobre este tipo de territórios.

Mas, se estas transformações podem ser lidas, sobretudo, como fortes constrangimentos que podem parecer não reservar qualquer tipo de futuro positivo especificamente para os territórios de matriz rural do interior, e mais recentemente os denominados “territórios de baixa densidade”, podemos também argumentar que novas “geografias de oportunidades” vão surgindo nestes contextos territoriais. Com efeito, as referidas transformações têm vindo a conferir aos campos e às cidades, em territórios de matriz predominantemente rural, uma maior “disponibilidade” para uma reconversão positiva, a qual assenta em dinâmicas sociais, económicas e culturais específicas, passíveis de observar nos últimos anos.

Na verdade, estamos a assistir, em contextos diversos, a uma redefinição crescente dos usos e representações sociais sobre os “espaços do interior” tradicionalmente representados como espaços periféricos relativamente aos centros urbanos de feição cosmopolita. Por via das suas características e potencialidades (físicas, sociais e culturais, ambientais), essas “periferias” têm vindo a alterar o seu lugar e significado junto das populações que residem ou utilizam amiúde esses territórios. É o caso da produção de representações, por certas frações de populações urbanas, do espaço rural – e daquilo que qualificam de rural, em geral – como espaço lúdico e de fruição, em

sentido lato, do qual esperam um contraponto positivo das características negativas que apontam à vida urbana e metropolitana. É também o caso de um conjunto relativamente alargado, plural e significativo, de experiências de envolvimento das populações e organizações situadas em territórios de baixa densidade populacional e matriz rural em processos participados de desenvolvimento, local e regional.

A análise dirigida às relações entre território (tendo em conta a multiplicidade de características e perspetivas analíticas), e desigualdades sociais, com incidência no território, nas suas distintas configurações e dinâmicas sociodemográficas, económicas, culturais, entre outras, constitui um ângulo de análise privilegiado para a identificação de diferentes processos e dinâmicas de desenvolvimento das comunidades e das regiões no contexto da sociedade portuguesa.

O conceito de desenvolvimento permitirá, neste particular, adicionar outras perspetivas analíticas para a sustentação da tese subjacente a esta reflexão, centrada na ideia de que as desigualdades sociais acompanham o caráter heterogéneo da sociedade portuguesa, tal como alguns indicadores selecionados para o suporte empírico deste trabalho bem o demonstram.

Sobre o desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento insere-se numa tradição cultural europeia ligada à revolução industrial e às ideias de progresso, evolução, melhoria (ou melhoramento), avanço, crescimento ou aperfeiçoamento. Para Landes (2005: 63), este universo conceptual, está associado à noção judaico-cristã do tempo linear, progressivo. Esta é, portanto, uma primeira aproximação ao Desenvolvimento: a associação às ideias de transformação, de futuro e de aperfeiçoamento (enquanto valor positivo).

Assim, não é difícil de perceber que o conceito de desenvolvimento não tem propriamente uma base estritamente científica, envolvendo importantes componentes culturais e políticas. É neste sentido que Sachs (2017: 13) considera o desenvolvimento sustentável como “uma conceção normativa do mundo”.

Talvez por este motivo, não é fácil encontrar definições claras (e úteis) de desenvolvimento na literatura (Sonntag, 1994: 272). Tanto mais que o Desenvolvimento envolve lutas entre grupos de interesse para os quais este significa coisas distintas, em função dos seus interesses (Webster, 1990:39), levando que a se possa falar de uma pluralidade de ideologias do desenvolvimento por contraponto a uma putativa visão única e estritamente científica.

É neste contexto que podemos avançar com uma definição de desenvolvimento, tendo por base o trabalho de Marc Penouil (1971: 31). Assim, para este autor o desenvolvimento caracteriza-se por um duplo objetivo:

- a) Melhoria das condições de vida material dos seres humanos em saúde, alojamento e subsistência alimentar (algo que designamos como dimensão material coletiva);
- b) Proporcionar o aperfeiçoamento da “condição humana”, intelectual, social e ética, em especial o desenvolvimento da personalidade de cada um num ambiente de liberdade e justiça social (por nós designada como dimensão imaterial individual).

Para que num dado território haja desenvolvimento será, portanto, necessário que nas variáveis chave a partir do qual é medido exista uma evolução em sentido positivo. Nesta comunicação destacar-se-á a relação do desenvolvimento com as desigualdades sociais, pelo que nem todas as questões que a ideia de desenvolvimento suscita serão abordadas.

É neste contexto tripartido, resultantes do cruzamento entre os conceitos de território, desenvolvimento e desigualdades que se estrutura o fio condutor do presente trabalho. Iniciemos com a análise dirigida à questão das desigualdades.

Desigualdades, desenvolvimento

Uma leitura referenciada no Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

A análise das desigualdades sociais na sua relação com as heterogeneidades territoriais lida através do desenvolvimento tem como ponto de partida natural a orientação teórica construída, mas os constrangimentos associados aos dados não podem ser ignorados. Esta última questão é particularmente relevante: é necessário trabalhar com os dados disponíveis e estes não são abundantes.

Existe já um indicador estatístico do INE que procura ligar território, desenvolvimento e desigualdades, trata-se do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR – INE, 2017), com uma periodicidade bianual (últimos dados de 2015, publicados em 2017).

Este índice é apresentado tendo como base territorial as regiões NUTS III (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos). Em termos concretos,

este índice desdobra-se em três (sub)índices (competitividade, coesão e qualidade ambiental), caracterizáveis por dizerem respeito a temáticas muito distintas.

O que distingue o nosso trabalho do realizado neste índice pode ser sistematizado em duas questões. A primeira tem a ver com o foco: pretendemos realizar uma análise centrada numa temática mais restrita; a segunda está associada à perspetiva teórica, aos conceitos e orientações analíticas que sustentam a produção de conhecimento a partir da análise desse índice. Assim, embora pertencendo ao mesmo tipo de preocupações e tenha alguns pontos de contacto e interceção, o trabalho ora apresentado e o ISDR são, sobretudo, contributos complementares de natureza distinta.

Nos desenvolvimentos analíticos da presente pesquisa optámos por usar como unidade territorial de base as NUTS II. Sendo estas regiões uma iniciativa estatística do Eurostat tendo em vista a organização e sistematização de estatísticas regionais (Pordata, 2018), cedo adquiriram uma dimensão que tem vindo a transcender a simples produção de dados. Com efeito, à medida que o estado: vai apresentando dados; modificando a sua organização para lhes corresponder; bem como aplicando políticas (suportadas no quadro comunitário de apoio) que as têm como referentes territoriais, estas passam a ser cada vez mais uma realidade política para, em consequência, se tornarem uma realidade social, cultural e até identitária.

2. Portugal um território em desenvolvimento

Segundo Worsley (1984: 18), “todas as teorias do desenvolvimento – ou de qualquer outro campo da vida social – são necessariamente aplicações particulares de teorias mais globais”. Neste pressuposto, é legítimo afirmar que coexistem normalmente múltiplas dimensões de análise e igualmente diversificadas baterias de indicadores sempre que se alude aos processos de desenvolvimento, nomeadamente quando associamos esta temática a outras como, por exemplo, a dos territórios e mesmo a das desigualdades.

No caso concreto deste estudo, a explicação para o cruzamento entre as desigualdades, os territórios e os processos de desenvolvimento, assenta sempre numa seleção, entre várias dimensões possíveis, de um conjunto de indicadores passíveis de fornecer um contributo válido para a análise das desigualdades e do desenvolvimento da sociedade portuguesa, a uma dupla escala (nacional e regional) do território português.

Neste sentido, a análise demográfica, a par de alguns indicadores relativos à educação, ao emprego, à estrutura de classes (mais especificamente às categorias socioprofissionais) e, por fim, o acesso aos direitos, neste caso específico à saúde, configuram-se como uma seleção de dimensões analíticas com potencial para a discussão das desigualdades e do desenvolvimento português numa perspetiva territorial.

Nos textos clássicos da sociologia e para alguns autores (Santos, 1985), a sociedade portuguesa tem vindo a configurar-se como uma “economia semiperiférica”, evidenciando níveis de desenvolvimento intermédio, sobretudo nos planos económico e social, residindo a sua singularidade na coexistência de uma discrepância entre os padrões de produção e de relação salarial (de tipo periférico), por um lado, e os padrões de consumo e de reprodução social, entendidos como próximos dos países centrais e de níveis de desenvolvimento mais significativos.

Outros autores sustentam, uma visão que, embora não contraditória com a anterior na sua essência, tendem a enfatizar uma perspetiva apoiada na ideia da sociedade portuguesa como globalmente moderna, embora reconhecendo a permanência de zonas ou áreas mais frágeis e mais distanciadas dos níveis de desenvolvimento evidenciados por outros países (Cabral, 1996; Mozzicafredo, 1992, 1997).

Esta perspetiva encontra noutros trabalhos, de matriz sociológica, uma problematização alinhada com a ideia de o país evidenciar também níveis de desenvolvimento intermédio em dimensões como a educação e a literacia (Benavente *et. al.*, 1996; Martins *et al.* 2016), os processos de mobilidade socioprofissional (Machado e Costa, 1998) e nas práticas culturais, políticas e cívicas (Pais, 1994; Viegas, 1996; Nunes, 2013).

Seja como for, decorrente das pesquisas sociológicas (e de outros campos do saber), as múltiplas análises a respeito da sociedade portuguesa tendem a convergir para a existência em Portugal de uma realidade plural, consubstanciada numa sociedade com clivagens sociais e socio-espaciais (de que a clássica dicotomia “litoralização” *versus* “interioridade”) é apenas um exemplo¹; mas também evidenciando setores e grupos sociais muito diferenciados (Reis e Lima, 1998).

¹ A dicotomia “litoralização” versus “interioridade” tem vindo a surgir na literatura com alguma frequência, suplantando uma outra, mais tradicional, “norte” versus “sul”. Neste texto, em lugar de encetar uma reflexão aprofundada sobre a especificidade e as eventuais contradições e complementaridades entre uma e outra, procuramos salientar, sobretudo, as desigualdades observadas

Vejamos como algumas destas perspetivas continuam a constituir uma evidência empírica nos domínios da demografia, da educação, do emprego e no acesso à saúde.

Demografia

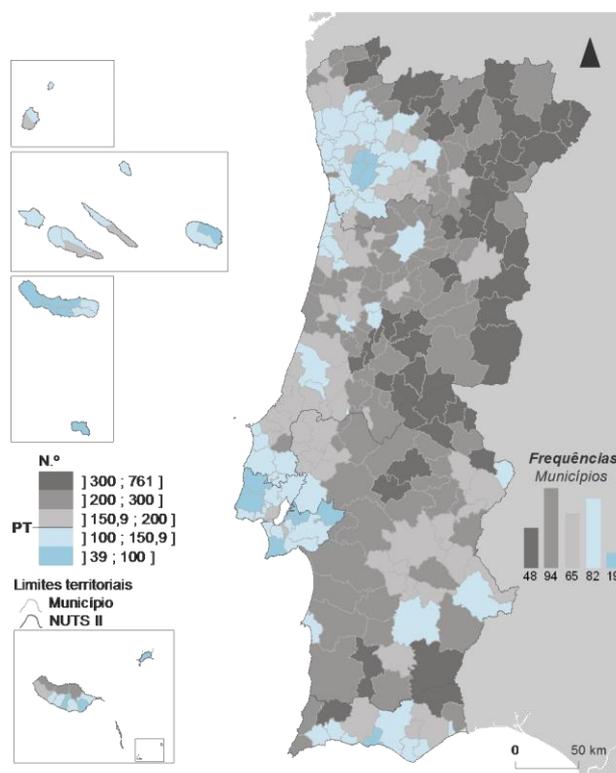
Os já aludidos binómios litoralização/interioridade; urbano/rural são temáticas recorrentes nos estudos demográficos, sociológicos e no âmbito de investigação realizada em outros domínios das ciências sociais. No plano substantivo a sua génese remonta a processos intensos de mobilidade populacional e reconfiguração estrutural da sociedade portuguesa que ocorreram a partir de finais dos anos 1960 (Mauritti e Nunes, 2013), e que hoje se refletem em fortes assimetrias transversais ao território nacional. De modo simplificado, tais assimetrias no que concerne à distribuição da população podem ser caracterizadas do seguinte modo: cerca de 1/3 da população portuguesa reside nas zonas rurais, periféricas e marginais, ocupando 81,4% do território, o que equivale a assumir que, em contrapartida, numa faixa territorial inversa, na ordem dos 19%, tende a concentrar-se uma densidade populacional que envolve os restantes 2/3 (Almeida, 2017).

Se a esta variável associarmos uma análise dirigida ao indicador índice de envelhecimento² (figura 1), observa-se uma mancha territorial mais expressiva em termos de envelhecimento nos territórios de matriz rural, geograficamente mais próximos da fronteira, e em regiões e concelhos mais afastados dos grandes centros urbanos. Com efeito, o agravamento do envelhecimento foi particularmente incidente em municípios das sub-regiões do Interior Norte (Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Douro) e Centro (Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Médio Tejo), destacando-se os municípios de Almeida, Vila de Rei, Oleiros, Penamacor e Castanheira de Pêra, que registaram um aumento em mais de 100 idosos por 100 jovens.

entre territórios de matriz predominantemente rural e urbana, independentemente das dicotomias referenciadas.

² Entendido como o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor superior a 100 significa que há mais idosos do que jovens. Em Portugal a partir de 2000 o índice nacional passou a ser superior a 100.

Figura 1
Índice de envelhecimento (2016)



Fonte: INE, I.P. (2016), Estimativas Anuais da População Residente.

A situação é particularmente sensível se atendermos ao facto de que a tendência de agravamento do envelhecimento no território nacional, embora constituindo um dado transversal ao país, é mais acentuada nos mesmos territórios (considerados de “baixa densidade”) e com perspectiva de agravamento nas próximas décadas, tendo em conta as projeções demográficas conhecidas (INE, 2017). Aliás, basta atender aos valores reportados ao intervalo temporal entre 2011 e 2016, no qual cerca de 95% dos municípios portugueses sofreram um agravamento no que respeita ao processo de envelhecimento. Paralelamente, num plano comparativo europeu, Portugal destaca-se, como um dos países que mais concorre para a incidência do mesmo fenómeno, considerando, por exemplo, o facto de na União Europeia, em 2015, existiam 123 idosos para cada 100 crianças/jovens, ao passo que em Portugal, em 2016, esse valor ascendia já a 151 idosos por cada 100 jovens (Idem).

É assim que Portugal, no contexto dos países do sul da Europa e de forma mais acentuada nas últimas décadas, a que a recente crise económica mundial não terá sido

alheia (sendo responsável pelo intenso aumento da emigração, particularmente de população ativa mais qualificada em níveis comparáveis aos anos 1960 do século passado), continua a evidenciar um profundo e estruturante desequilíbrio demográfico, mais expressivo nos territórios classificados como rurais ou de interior, caracterizados pela contínua perda e envelhecimento da população e, por conseguinte em risco de despovoamento e de desertificação do seu tecido económico. As desigualdades no plano demográfico acompanham de forma estreita a diferenciação dos territórios, quer numa perspetiva geográfica (litoral/interior), quer numa perspetiva diacrónica, tanto no plano interno, como europeu, como procurámos demonstrar.

Como se poderá interpretar a distribuição do capital escolar pelo território nacional? Constituirá uma dimensão em sinal contrário à dimensão demográfica ou reproduzirá as mesmas tendências atrás assinaladas? Os resultados relativos à educação permitem responder, ainda que parcialmente a estas questões.

Educação

A análise dos dados sobre a educação permite, desde logo, perceber que existem grandes desigualdades entre as regiões. Os indicadores selecionados habilitam uma análise mais limitada a uma outra questão igualmente importante: a das desigualdades dentro de cada região (e a forma como essa estrutura de desigualdades compara entre as várias regiões).

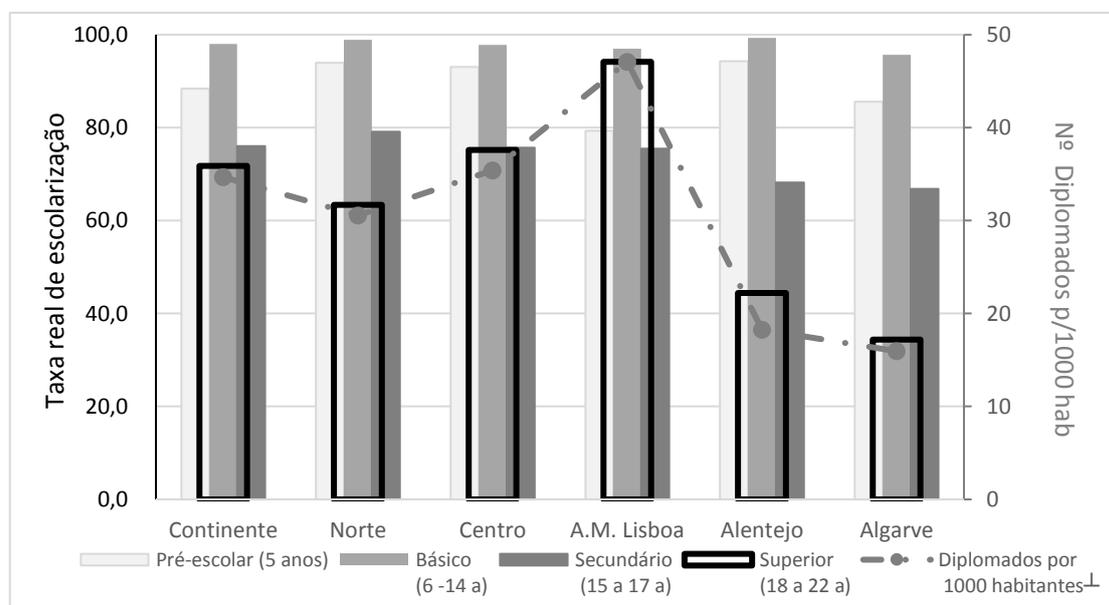
Através dos dados apresentados na figura 1 (com informações reportadas apenas às regiões do Continente) procura-se aferir em que medida existe, ou não, um desfasamento nas idades de frequência dos vários patamares de escolaridade, desde o pré-escolar ao ensino superior. Nas situações em que esse desfasamento é nulo ou residual a incidência percentual de “escolarização real” aproxima-se dos 100%; ou seja, o total de crianças e jovens da respetiva coorte geracional ou intervalo de idades estão a frequentar o nível de escolaridade que era esperado.

Apesar do forte investimento no incremento da escolarização e das conquistas, muito significativas, observadas neste domínio, particularmente com a institucionalização da universalidade da educação pré-escolar a partir dos cinco anos de idade e o alargamento da escolaridade obrigatória nos 12 anos para crianças e jovens até 18 anos (Lei 85/2009,

de 27 de agosto),³ a verdade é que o retrato do país neste domínio mantém-se muito aquém dos objetivos sociais. Mais ainda, a comparação entre regiões denota, também aqui, fortes assimetrias, por vezes inesperadas. É o caso da taxa real de escolarização no pré-escolar, na Área Metropolitana de Lisboa, patamar em que a incidência de frequência está 20,7% aquém do que seria esperado. Neste nível pré-escolar e também no ensino básico a região NUT II com melhor performance é o Alentejo (com, respetivamente, 94,3% e 99,3% de taxa real de escolarização). Mas esta situação altera-se radicalmente na transição para o secundário e ainda mais na frequência do ensino superior.

Gráfico 1

Taxa real de escolarização 2016 e Diplomados por 1000/hab 2015



Fonte: DGEEC, 2017.

Verifica-se que quase ¼ dos jovens do Continente com idades entre os 15 e os 17 anos, idades e que esperaríamos que frequentassem cursos de nível secundário, não estão neste patamar de escolarização. Nesta faixa etária, mais do que abandono escolar precoce, o fenómeno evidencia a forte incidência de retenções escolares em ciclos de ensino anteriores, ao longo do nível básico. Sendo uma questão transversal às várias regiões em referência, a sua incidência é ainda assim bastante desigual, opondo nos

³ Ficaram abrangidos por esta obrigatoriedade os jovens que frequentavam o 7º ano do ensino (3º ciclo do básico) ou nível abaixo (se tivesse entretanto tido alguma retenção) em 2009/2010 (Diogo *et al.*, 2017).

extremos o Norte (com 79% de taxa real de escolarização secundária) e o Algarve (com 67%).

No que respeita à escolaridade, é de esperar que as distinções sejam ainda mais evidentes nos ciclos não obrigatórios, dado que nos restantes a pressão para a obrigatoriedade tenderá, pelo menos a prazo, a uniformizar os dados no conjunto do território nacional. Neste sentido, no patamar superior de escolarização, a par das retenções em ciclos de ensino anteriores, a saída precoce do sistema coloca-se como desafio maior.

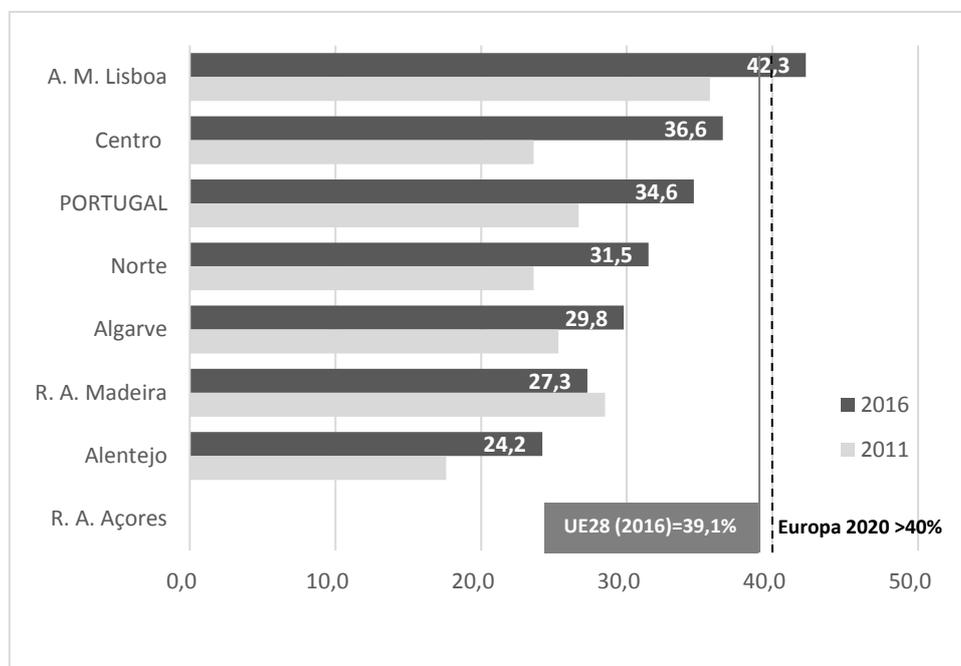
De facto, neste nível mais elevado de escolarização as desigualdades entre regiões são ainda mais notórias do que nos ciclos de estudo anteriores, opondo a AML (com 47% de taxa real de escolarização) e a região do Algarve (17%).

Neste gráfico 1 apresenta-se também o rácio de diplomados por cada 1000 habitantes. No ano letivo 2015/16 esse rácio situa-se entre 94,2‰ na região de influência da capital e 31,9‰ no extremo sul do país. Ou seja, muito aquém do que constitui a narrativa oficial em relação às metas sociais de um país que se descreve no contexto da “sociedade de informação e do conhecimento” e que vê no incremento da população com diploma de estudos superiores uma estratégia nuclear de reposicionamento competitivo quer no quadro de referência da Europa, quer no mundo.

Neste sentido, a análise da taxa de diplomados entre os 30 e os 34 anos (Gráfico 2) é um indicador particularmente significativo, quer por, em sequência do que se observou anteriormente, ter potencial para sublinhar as diferenças de desenvolvimento inter-regionais, quer porque se trata de um dos indicadores definidos pela União Europeia para monitorizar a Estratégia 2020 (CE, 2018), no que à educação respeita. Este escalão de idades referencia os objetivos de compromisso societal em que os diversos países se inscrevem. No caso de Portugal, atingir pelo menos 40% de diplomados no coorte geracional em referência até 2020.

A leitura destes dados sublinha que no plano nacional apenas a região de Lisboa já atingiu o objetivo 2020, sendo a média global obtida para o contexto nacional (na ordem dos 35%) uma expressão da persistência de fortes assimetrias regionais. A comparação dos ritmos de incremento das taxas de diplomados observados nas várias regiões denota um forte dinamismo sobretudo da Região Centro que no período em referência (2011-2016) progride sensivelmente 13 pontos percentuais em termos do peso relativo de diplomados nesta geração (R.A. Madeira, no extremo oposto, aumenta a divergência face ao padrão do país, na medida em que apenas incrementa 1,2 pp).

Gráfico 2
Taxa de diplomados 30-34 anos, NUTS II, 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

A análise da escolaridade na população empregada (25-64 anos) complementa esta abordagem, destacando o perfil qualificacional do segmento populacional que está ativamente investido na atividade económica (Tabela 1). Nestes dados onde estão também incluídas as duas regiões autónomas dos Açores e da Madeira percebemos o caminho ainda longo que temos a percorrer para atingir um perfil nacional de qualificações compatível com os padrões europeus que referenciam as nossas condições de desenvolvimento e participação na modernidade contemporânea.

Os dados permitem aprofundar a abrangência das clivagens que opõem diferentes realidades territoriais, do ponto de vista do potencial instalado de inovação e também da sua capacidade para acolher, de forma sustentável, segmentos populacionais com perfis qualificacionais melhorados. A análise destas informações deve ter em conta características dos territórios já analisadas anteriormente, nomeadamente traços sociodemográficos e peso relativo, apesar de tudo, muito diferenciado das gerações mais velhas. Esta leitura cruzada, enfatiza processo cumulativos de desigualdade social nos territórios, e a sua influência dos padrões de desenvolvimento que os caracteriza.

Tabela 1
População empregada (25-64 anos) por qualificações e escolaridade,
segundo NUTS II, 2016

NUTS II	Nível de escolaridade			Ativas/os com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população (25-64 anos)	Quadros superiores e especialistas no total de empregadas/os
	Até Básico	Secundário	Superior		
Portugal	48,4	25,7	26,0	59,4	24,5
Continente	47,8	25,9	26,3	68,4	24,7
Norte	53,2	24,4	22,5	52,7	21,9
Centro	52,2	23,3	24,4	59,4	21,5
A. M. Lisboa	35,8	29,2	35,0	70,2	33,0
Alentejo	52,4	27,7	19,9	59,3	19,7
Algarve	49,2	28,6	22,2	63,3	21,3
R. A. Açores	59,7	21,3	18,9	45,5	17,4
R. A. Madeira	58,0	20,7	21,2	47,9	21,2

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (30/09/2017)

No todo nacional, cerca de 48% da população empregada com 25 a 64 anos tem níveis de escolaridade abaixo do secundário. AM Lisboa distingue-se neste indicador por ter o mesmo peso relativo de pessoas com escolaridade básica e superior (35%); numa distribuição de perfis que dá bem conta de fortes clivagens no interior da região onde se localiza a capital de Portugal. Nas restantes regiões o peso de diplomados tende a ser mais baixo (ou pelo menos muito idêntico, como no Centro) do que o de pessoas detentoras de estudos secundários e em todas o segmento preponderante tem nível de escolaridade que não vai além do básico.

A percentagem de quadros superiores e especialistas, grandes grupos de profissões cujo acesso tem como requisito a posse de recursos qualificacionais e educacionais melhorados, envolve sensivelmente $\frac{1}{4}$ do total de empregados. Esta proporção é intensificada na região metropolitana de Lisboa (33%) e mitigada na R.A. dos Açores e no Alentejo (respetivamente 17% e 20%).

Emprego

Prolongando a reflexão anterior, desta feita dirigida à taxa de emprego segundo o grupo etário e o sexo, na análise das NUTS II, reportada a 2016 (Tabela 2), verifica-se uma taxa de emprego global de 52% (65% no escalão teórico que acolhe o grosso da população potencialmente ativa, ou seja, nas idades de 15 a 64 anos). No todo de empregados o diferencial por género ronda no plano nacional 10 pontos percentuais (57% nos homens e 48% nas mulheres).

Tabela 2
Taxa de emprego segundo o grupo etário e o sexo, NUTS II, 2016 (%)

	Total			25-34 anos			35-44 anos			45 e mais anos			15-64 anos
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Portugal	52,0	57,1	47,5	78,2	78,9	77,5	84,4	87,3	81,7	42,0	49,3	36,0	65,2
Norte	51,4	57,7	45,8	79,7	82,2	77,3	83,0	87,4	79,0	40,8	49,2	34,0	62,9
Centro	53,5	59,6	48,2	80,9	78,9	82,8	86,8	89,4	84,5	44,6	54,0	36,8	67,5
A. M. Lisboa	52,1	54,9	49,6	76,3	76,0	76,6	84,8	86,9	82,9	41,3	45,7	37,9	67,1
Alentejo	48,2	54,0	43,0	75,1	78,8	71,3	84,0	88,1	79,9	38,3	45,0	32,5	64,4
Algarve	54,2	56,9	51,9	78,0	79,1	76,9	85,6	85,3	86,0	44,5	49,2	40,6	68,4
R. A. Açores	52,4	57,9	47,2	73,2	77,4	68,9	79,8	82,0	77,6	43,7	52,0	36,6	61,0
R. A. Madeira	52,6	57,3	48,6	70,6	66,8	74,5	81,6	82,1	81,1	46,8	56,6	39,7	60,7

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (30/09/2017).

Uma análise mais fina e transversal, das interseções entre género, e grupo etário por região, permite observar o desenho de tendências que provavelmente poderão vir a intensificar-se nos próximos anos. Tendências que se articulam, nomeadamente, com a reconfiguração profunda dos perfis qualificacionais segundo o género, nas gerações mais jovens mais favorável para a população feminina.

Primeira tendência: a diminuição da *décalage* de género no que concerne à taxa de empregabilidade à medida que nos reportamos a gerações mais jovens: esse diferencial

é de 13 pontos percentuais no segmento com 45 e mais anos⁴; apenas de 1 pp. no segmento 25-34 anos, isto nos dados relativos ao todo nacional.

Segunda tendência: o incremento (e mesmo inversão pontual) da taxa de emprego das mulheres nas gerações mais novas (com diferenciais de escolarização melhorados face aos seus congéneres masculinos) sobretudo, nas regiões que apresentam um perfil de maior capacidade de inovação e convergência com o padrão europeu: a Região Centro e A.M. Lisboa. Nestas duas regiões, nos segmentos de idades 25 a 34 anos, a taxa de emprego segundo o género é ligeiramente mais elevada na distribuição feminina. Tal tendência, num contexto em que as mulheres, de forma sistemática ao longo dos últimos anos têm vindo adquirir maior qualificação dos que os homens do mesmo coorte geracional, aponta quer para a crescente relevância da educação na capacitação para o trabalho; quer também uma possível reconfiguração, no futuro, de lugares e papéis de mulheres e homens na vida social.

Terceira evidência: num país, como vimos atrás, que sofre uma enorme “sangria” populacional, e que necessita de incrementar de forma sustentável a taxa de atividade e sobretudo de empregabilidade da sua população; porventura, fruto dos baixos níveis de educação ainda prevalentes, sobretudo à medida que progredimos na idade, a taxa de empregabilidade baixa para 42% (49% homens; 36% mulheres) no escalão com 45 e mais anos, mau grado esta incluir os que têm 65 e mais anos.

Quarta evidência: as fortes e persistentes assimetrias regionais, em convergência com análises anteriores referenciadas a indicadores demográficos e educacionais. Com efeitos, a análise numa perspetiva regional, permite evidenciar alguns desvios face à tendência média nacional. É o caso, por exemplo, da região do Alentejo, quer em termos globais, quer de forma repartida pelos mesmos escalões etários, denotando-se, neste caso o “padrão clássico” (prevalente) de clara desvantagem das mulheres comparativamente aos homens. Esta tendência é particularmente observável nos três escalões etários, sendo reproduzida igualmente nos valores totais apurados para a região. É também, e só nesta região, que, no grupo dos 45 e mais anos, os valores são inferiores a 40% em termos globais, atingindo apenas 32% para as mulheres, o que corresponde à percentagem mais baixa no conjunto das NUTS II (embora nesta variável não estejam disponíveis dados para as regiões autónomas).

⁴ Lembremos que segundo o INE a taxa de emprego é calculada com base na população com 15 e mais anos, o que inclui os maiores de 65 anos.

No sentido inverso, a AML é a região do país que, como assinalado atrás, apresenta valores mais equitativos no que respeita à paridade entre sexos, sobretudo no escalão etário dos 25 aos 34 anos, mantendo-se, todavia, a diferença entre homens e mulheres nos restantes escalões etários. É também nesta NUT que o valor total da taxa de emprego (52,1%) é praticamente coincidente com a média nacional (52%). As regiões Centro e Algarve são as únicas que apresentam valores superiores à média, respetivamente 53,5% e 54,2%. Em contraponto, a região do Algarve e do Norte apresentam valores totais inferiores à média nacional, com taxas de emprego de 48,2% para o primeiro caso e de 51,4% para o segundo.

Finalmente, registe-se a a menor taxa de emprego na população jovem (25-34 anos) por contraponto com o grupo etário seguinte (35-44 anos), transversal às diferentes NUTS II. Esta diferença é máxima na Região Autónoma da Madeira (11 pontos percentuais) e mínima no Norte (3 pontos percentuais).

Os valores da Tabela 3, reportados a 2015, complementam as análises desenvolvidas dando conta das assimetrias regionais a partir da distribuição de rendimentos líquidos (deduzido de impostos) das famílias por escalões fiscais.

Numa leitura global ao nível do país, não constituirá surpresa a observação de que os valores mais expressivos em termos de rendimentos líquidos dos portugueses situam-se nas categorias “menos de 5 000€” e “de 5 000 a menos de 10 000€” (com 16% e 32%, respetivamente).

Tabela 3
Rendimentos líquidos dos agregados fiscais, 2015 (€)

NUTS II	< 5000 €	5 000 € a < 10 000 €	10 000 € a < 13 500 €	13 500 € a < 19 000 €	19 000 € a < 32 500 €	≥ 32 500 €
Portugal	16,2	32,2	14,2	14,1	15,4	8,0
Norte	17,9	34,8	13,8	13,9	13,3	6,4
Centro	15,1	34,3	14,6	14,2	15,1	6,7
Lisboa	14,5	26,5	14,0	14,5	18,6	11,9
Alentejo	14,4	35,6	15,3	13,9	14,6	6,2
Algarve	17,4	28,3	11,7	10,8	11,3	4,7
R.A. Açores	16,9	32,0	13,6	13,2	15,2	9,1

Fonte: INE | Ministério das Finanças.

Nota: Distribuição do número de agregados fiscais por escalões de rendimento bruto declarado deduzido do IRS Liquidado

Esta tendência é, aliás, reproduzida em todas as NUTS II, constituindo o intervalo de rendimentos superiores a 32 500€ a menos significativa no conjunto das regiões. Ainda assim, Lisboa apresenta, para esta última categoria de valores, uma percentagem mais expressiva por comparação às restantes regiões (12%), seguida da R.A. Açores (com 9,1%), constituindo as únicas que apresentam valores superiores à média nacional (na ordem dos 8%).

Tendência transversal a todas as NUTS II é o facto de as percentagens mais expressivas situarem-se no intervalo entre 5 000 e menos de 10 000€, acompanhando, de resto, a tendência nacional. A região de Lisboa, embora reproduzindo a tendência nacional, é a única que revela valores ligeiramente mais expressivos nos intervalos de rendimentos mais elevados, designadamente entre os 19 000 e menos de 32 500€ e no já referenciado intervalo de rendimentos superior aos 32 500€, fator que não será alheio à maior concentração, nesta região da capital, de um maior contingente de quadros superiores, especialistas e técnicos intermédios, quer da administração pública, quer do setor empresarial. Esta leitura é aliás confirmada na análise da tabela 4, com a distribuição de rendimentos médios mensais do trabalho por conta de outrem segundo a classe social.

Classes sociais

Nesta tabela 4 desenvolvemos uma operacionalização do indicador de classe social nos segmentos em assalariamento, não incluindo portanto quer patrões, quer trabalho por conta própria.

Uma primeira leitura destes dados realça a relação linear e sistemática, em todas as regiões, da relação entre perfis qualificacionais, lugares de classe e rendimentos. Segundo estes dados, claramente, podemos concluir que os dois posicionamentos de classe marcados pela posse de recursos económicos e culturais melhorados (os dirigentes e profissionais, técnicos e de enquadramento) correspondem aos lugares com maior vantagem em termos de perfil de rendimentos, sempre acima da média de rendimentos na respetiva região.

Tabela 4
Rendimentos médios mensais de trabalho por classe social (€)
- segmentos em assalariamento

NUT II	Total	Dirigentes	Profissionais técnicos e de enquadramento	Empregados executantes	Operários	Assalariados Agrícolas	Trabalhadores não qualificados
Portugal	1 094,13	2 435,32	1631,58	905,46	851,79	765,10	690,93
Continente	1 096,66	2 441,31	1632,08	905,03	850,47	767,63	688,24
Norte	975,01	2 032,62	1478,63	851,66	774,26	757,03	674,25
Centro	950,55	1 799,12	1363,50	833,13	861,62	720,68	671,38
Lisboa	1 380,08	3 361,10	1879,95	997,64	1010,84	838,15	720,56
Alentejo	994,42	1 809,82	1504,45	860,33	975,2	781,48	688,78
Algarve	926,13	1 675,46	1360,39	881,35	846,99	799,21	693,77
Açores	986,03	1 975,47	1574,00	912,19	815,16	721,61	717,22

Fonte: INE| MTSS, Quadros de Pessoal.

Nota: Apenas trabalhadores por conta de outrem.

No extremo oposto, em todas as regiões, ter posicionamento nos segmentos de “trabalhadores não qualificados” significa uma desvantagem, traduzida nos rendimentos médios mais baixos do que em qualquer outros posicionamento de classe, na respetiva região.

A comparação dos padrões de rendimentos por regiões faz sobressair Lisboa enquanto única região que apresenta valores acima da média nacional e também a região que apresenta rendimentos médios mais elevados na leitura por segmento de classe social.

Mas se esta região, onde se localiza a capital, se destaca por ter os rendimentos mais elevados é também a que se destaca por apresentar as maiores desigualdades de rendimentos entre categoriais de classe. Com efeitos, em Lisboa (onde se concentram as sedes de grandes empresas, assim como a cúpula da administração pública central) as desigualdades de rendimento mensal entre os dirigentes e as outras categorias socioprofissionais (incluindo PTE) são muito notórias. Além disso, o rendimento dos empregados não qualificados é de apenas 21,4% do equivalente dos dirigentes (a média nacional é de 28,4%).

Todas as restantes regiões apresentam valores bastante mais próximos entre si e distantes desta, com destaque para os Açores, pela positiva e o Algarve pela negativa

(região onde o rendimento médio mensal do trabalho é mais baixo). De resto, o único valor que se destaca numa comparação dentro de cada grupo, nas diversas regiões, é o dos dirigentes no Algarve, muito abaixo da média desta categoria na comparação nacional e com as restantes regiões.

Saúde

A saúde é umas das dimensões que as pessoas mais tendem a valorizar condicionando significativamente as condições de participação social, ao nível da educação, do mercado de trabalho e da produtividade, e também de forma geral o bem-estar, e as relações sociais das populações.

Tendo presente a relevância da saúde, finalizamos o presente *paper* com a análise de indicadores sobre condições materiais oferecidas, pelas diferentes regiões, no acesso aos direitos na área da saúde. Neste âmbito, tomando como indicadores específicos os números de profissionais de saúde (enfermeiros e médicos); farmácias por 1 000 habitantes; internamentos hospitalares, e número de consultas médicas em hospitais por habitante (Tabela 5).

Tabela 5
Indicadores de acesso à saúde (2015 e 2016) (‰)

	Enfermeiras/os	Médicas/os	Farmácias	Internamentos hospitalares	Consultas médicas no hospital
	‰			‰	N por hab.
	2016			2015	
Portugal	6,7	4,9	0,3	111,3	1,8
Norte	6,7	4,8	0,3	111,9	2,0
Centro	6,8	4,4	0,4	106,1	1,5
A.M. Lisboa	6,8	6,3	0,3	129,0	2,2
Alentejo	6,1	2,8	0,5	73,9	1,0
Algarve	6,0	3,8	0,3	89,4	1,1
Açores	8,3	3,1	0,3	112,7	1,2

Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, e Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde.

Num primeiro olhar dirigido ao número de profissionais de saúde por 1 000 habitantes e no caso específico dos enfermeiros/as, a generalidade das regiões acompanha a média nacional situada nos 6,7%. É o caso das regiões Norte, Centro e AML, apresentando estas duas últimas uma diferença de uma milésima face ao valor médio apurado para o conjunto do país. Apenas a região dos Açores revela uma taxa superior à média nacional, atingindo os 8%, neste caso, a necessidade de dotar as várias ilhas com profissionais deverá ser a justificação da discrepância. Inversamente, as regiões do Alentejo e do Algarve revelam taxas inferiores à média nacional, respetivamente 6,1% e 6,0%.

No caso do número de médicos por 1 000 habitantes, as diferenças de valores das regiões para a média nacional ganham outra expressão. Com efeito, ao passo que o valor nacional se cifra na ordem dos 4,9 médicos por 1 000 habitantes, apenas a região da AML apresenta um valor superior (6,3%), reproduzindo a mesma tendência observada na generalidade dos indicadores convocados para este estudo. Todas as restantes regiões apresentam valores inferiores à média do país, sendo particularmente visível nas regiões do Algarve, Açores e Alentejo, com valores inferiores a 4 médicos por 1 000 habitantes, atingindo nesta última região o valor mais baixo do conjunto das NUTS II analisadas (apenas 2,8 médicos por 1 000 habitantes)⁵.

No que respeita ao número de farmácias por 1 000 habitantes verificam-se valores relativamente distintos dos anteriores. Neste caso é a região Alentejo a que apresenta um valor mais expressivo (0,5), inclusivamente superior à média nacional (0,3), a par da região Centro (0,4). As restantes regiões reproduzem a média nacional, situada em 0,3 farmácias por 1 000 habitantes.

Se, de forma complementar, olharmos para o indicador “percentagem de internamentos hospitalares por 1 000 habitantes”, os dados reportados a 2015, tendem a prolongar as tendências regionais verificadas a respeito dos indicadores anteriores. Isto é, voltam a ser as regiões do Alentejo, Centro e Algarve as que evidenciam valores mais baixos por relação ao valor médio apurado para o país, com particular expressão para a primeira região (73,9%). Em sentido contrário, surgem as regiões AML, Norte e Açores com valores acima da média nacional, com destaque para a primeira.

⁵ Refira-se a este propósito que no contexto da OCDE, a região Alentejo é apontada como a região com pior rácio médico/doente.

No que concerne ao número de consultas médicas hospitalares por habitante, reproduz-se a mesma distribuição verificada a respeito do indicador anterior, com a diferença da região dos Açores passar a integrar, neste particular, o grupo das NUTS II com valores inferiores à média nacional. Também aqui, voltam a ser a AML e o Norte as regiões que apresentam valores superiores à média do país, situada nas 1,8 consultas médicas hospitalares por habitante.

De notar que os valores da AML e do Norte podem estar empolados pelo facto de em Lisboa e Porto se receberem doentes de todo o país e as restantes regiões apresentarem valores subestimados pelo mesmo fenómeno.

Conclusão

Os dados apresentados neste texto correspondem a uma primeira abordagem de um conjunto de indicadores estatísticos mais recentes sobre as NUTS II e insere-se num projeto mais amplo, no âmbito do qual se pretende apresentar um retrato de Portugal, de acordo com um fio condutor centrado na relação entre as desigualdades sociais e os processos de desenvolvimento, atendendo à heterogeneidade territorial do país.

A partir de uma seleção de indicadores, procurou-se contribuir para responder à questão: de que modo as desigualdades sociais têm evoluído em Portugal e, analogamente, como é que a evolução destas pode ser compreendida quando cruzada com o conceito de desenvolvimento.

Os dados apurados mostram, genericamente, a persistência de um conjunto de desigualdades sobretudo com maior incidência em territórios, essencialmente de matriz rural e mais afastados dos grandes centros urbanos e dos seus perímetros territoriais de influência. Em particular, as regiões do Alentejo, do arquipélago dos Açores e do Centro, constituem uma ilustração desta leitura. Em sentido contrário, as regiões do Norte e, especificamente da Região Metropolitana de Lisboa, apresentam valores que tendem a posicionar estes territórios num contexto mais favorável tendo em conta os indicadores analisados.

A continuação deste projeto, através de uma análise mais fina e dirigida a alguns territórios específicos materializará a próxima etapa desta reflexão, no âmbito da qual procurar-se-á aferir a incidência de outros indicadores complementares aos analisados no contexto desta comunicação, em regiões como o Alentejo e os Açores. O objetivo central continua a ser o mesmo: contribuir para uma compreensão mais aprofundada da relação entre as desigualdades sociais, os processos de desenvolvimento e a incidência

destes últimos no território heterogéneo nacional, enquanto característica estruturante da realidade portuguesa.

Bibliografia

- Albuquerque, J. L., Bomba, T., Matias, I., Rodrigues, C. F. e Matos, G. (2002). Distribuição de rendimentos e condições de vida *in* DEPP/MTS – *Portugal 1995-2000: Perspectivas da Evolução Social*. Oeiras: Celta, pp. 67-86.
- Almeida, J. F. (2013). *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa, Mundos Sociais.
- Almeida, M. A. P. (2017). Despovoamento e territórios desiguais: políticas autárquicas e políticas centrais em tempos de mudança. Conferência *Instituições, atitudes e comportamentos políticos em tempos de mudança*, Lisboa: ISCTE-IUL, 20 e 21 de novembro.
- Benavente, A., Rosa, A., Costa, A. F. e Ávila, P. (1996). *A Literacia em Portugal – Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: FCG.
- Cabral, M. V. (1996). Sociedade e Desenvolvimento Económico *in* Ferreira, J. M. Carvalho, R. Marques, J. Peixoto e R. Raposo (orgs). *Entre a Economia e a Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, pp. 184-207.
- Carmo, R. M. (2014). *Sociologia dos Territórios: Teorias, Estruturas e Deambulações*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Carmo, R. M. (org.) (2010). *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Carmo, R. M. (org.) (2013). *Portugal, Uma Sociedade de Classes*. Lisboa: Edições 70.
- Costa, A. F. (2008 [1999]). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Lisboa: Celta.
- Costa A. F., Mauritti, R., Martins, S. da C., Nunes, N., e Romão, A. L. (2015) A Constituição de um Espaço Europeu de Desigualdades. *Observatório das Desigualdades e-Working Paper*, n.º 1/2015: 1-21; ISCTE-IUL, CIES-IUL. Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.
- Costa, A. F., e Mauritti, R. (2018). Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa. *in* Carmo, R. M., J. Sebastião, J. Azevedo, S. da C. Martins e António A. F. (Orgs.). *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 109-129.

- CE – Comissão Europeia (2018). Estratégia Europa 2020. Disponível em https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention-correction/european-semester/framework/europe-2020-strategy_pt .
- Diogo, F., Palos, A. C. e Silva, O. (2016), A escolarização nos Açores: tendências recentes in *XI Encontro de Sociologia dos Açores, Universidade, Educação e Desenvolvimento*. Ponta Delgada, 17 e 18 de novembro.
- Diogo, F., Palos, A. C. e Silva, O. (2017). Da escola para o mundo do trabalho, perfis de transição para a vida ativa in Rocha, G. P. N., Gonçalves, R. L. e Medeiros, P. D. de. *Juventude(s): pensar e agir*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, pp. 253-280.
- Estanque, Elísio (2017). Onde pára a classe média? *Sociologia Problemas e Práticas*. 83, pp. 37-54.
- Ferrão, J. (2016). O território na constituição da República Portuguesa (1976-2005). Dos preceitos fundadores às políticas de território do futuro. *Sociologia – Problemas e Práticas*. número especial, 2016, pp. 123-134.
- Henriques, José Manuel (1990). *Municípios e Desenvolvimento*. Lisboa: Ercher.
- INE (2017). *Retrato Territorial de Portugal*. Lisboa: INE.
- INE (2017b). Desenvolvimento regional global, competitividade, coesão e qualidade ambiental 2015. acessado em 11 de maio de 2018.
- Landes, D. (2005). *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por Que São Algumas tão Ricas e Outras tão Pobres*. Lisboa: Gradiva.
- Lopes, J. T., Louçã, F., e Ferro, L. (2017). *As Classes Populares*. Lisboa: Bertrand.
- Machado, F. L. e Costa, A. F. (1998). Processos de Uma Modernidade Inacabada in Viegas, J. M., Costa, A. F. (orgs). *Portugal, que Modernidade*. Oeiras: Celta Editora, pp. 17-44.
- Martins, S. da C., Mauritti, R., Nunes, N., Costa, A. F. e Romão, A. L. (2016). A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspetiva das desigualdades educacionais da Europa do sul no contexto europeu. *Revista Portuguesa de Educação*, 29 (2), pp. 261-285.
- Mauritti, R., Nunes, N. (2013). Processos de recomposição social: continuidades e mudanças. in Carmo, R. M. (org.). *Portugal, Uma Sociedade de Classes*. Lisboa: Edições 70, pp. 29-48.

- Mauritti, R., Martins, S. da C., Nunes, N., Romão, A. L. e Costa, A. F. (2016). The Social Structure of European Inequality: A Multidimensional Perspective. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 81, pp. 75-93.
- Mozzicafredo, J. (1997). *O Estado-Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Mozzicafredo, J. (1992). O Estado-Providência em Portugal: estratégias e contraditórias. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 57-89.
- Nunes, N. (2013). *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Pais, J. M. (coord.) (1994). *Práticas Culturais dos Lisboaetas*, Lisboa: ICS-Universidade de Lisboa
- Penoil, Marc (1979). *Sócio-Économie du Sous-Développement*. Paris: Daloz.
- Pordata (2018). O que são NUTS? <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS> acessido em 15 de maio de 2018.
- Reis, M. e Lima, A. V. (1998). Desenvolvimento, Território e Ambiente in Viegas, J. M., Costa, A. F. (org). *Portugal, que Modernidade*. Oeiras: Celta Editora, pp. 329-363.
- Rodrigues, C. F., (2007). *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, C. F. (coord.), Figueiras, R. e Junqueiro, V. (2016). *Desigualdade de Rendimento e Pobreza em Portugal 2009-2014*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sachs, J. (2017). *A Era do Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: Conjuntura Atual.
- Santos, B. S. (1985). Estado e sociedade na semiperiferia europeia do Sistema mundial: o caso português. *Análise Social*, 87/88/89, pp. 869-901.
- Silva, M. C. e Cardoso, A. (2005). O local face ao global: por uma revisão crítica dos modelos de desenvolvimento. in Silva, Manuel Carlos, Marques, Ana Paula e Cabecinhas, Rosa (orgs.). *Desenvolvimento e Assimetrias Sócio-Espaciais: Perspectivas Teóricas e Estudos de Caso*. Núcleo de Estudos em Sociologia da Universidade da Minho, pp. 23-79.
- Sonntag, H. (1994). Les vicisitudes del desarrollo. *Revista Internationale de Ciencias Sociales*. n.º 140, Junio, pp. 265-284.
- Viegas, J. M. L. (1996). *Nacionalizações e Privatizações: Elites e Cultura Política na História Recente de Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Webster, Andrew (1990). *Introduction to the Sociology of Development*. Houndmills: Palgrave/Macmillan.

Worsley, Peter (1984). *The Three Worlds: Culture and World Development*. Londres: Weidenfeld e Nicolson.